

COLONIALIDADE, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGO ENTRE AS MÚLTIPLAS FACETAS DA MODERNIDADE

Evandro de Oliveira Lucas¹

Resumo: Neste artigo se pretende realizar aproximação entre conceitos que até então estão sendo discutidos de forma desassociada: colonialidade, transferência de tecnologia e políticas públicas. A discussão será realizada com maior enfoque na agricultura e sua relação com a modernidade, explorando aspectos voltados a influência que países ditos como “desenvolvidos” estabelecem no que será produzido em outras partes do mundo a modo de satisfazer suas necessidades de consumo. A modernidade e colonialidade andam juntas e compõem, muitas vezes, a espinha dorsal de diversas nações mundo a fora. A colonialidade só se tornou possível quando o Estado assume o compromisso de se modernizar e se desenvolver. E são os Estados, através da incessante busca por crescimento econômico e desenvolvimento, que são os responsáveis em aumentar a exploração ambiental e de seu próprio povo em prol de necessidades que podem nem mesmo ser de vontade da população. Em meio a tudo isso, as nações do Sul entram em uma corrida onde jamais serão vencedores, pois estes já estão definidos antes mesmo da largada. Neste artigo será realizada uma revisão de literatura através da pesquisa em artigos e trabalhos que discutam as relações entre os aspectos relacionados ao rural brasileiro e a colonialidade através dos seguintes aspectos: 1) Caracterização do trabalho com um maior enfoque na tecnologia e modernidade; 2) colonialidade e agendas desenvolvimentistas, trazendo elementos de como se chegou ao modelo produtivo atual; 3) Agricultura e modernidade, compondo processos da colonialidade.

Palavras-chaves: modernidade; colonialidade; desenvolvimento

COLONIALIDADE, TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: DIÁLOGO ENTRE AS MÚLTIPLAS FACETAS DA MODERNIDADE

Evandro de Oliveira Lucas

Abstract: This article intends to approach concepts that until then are being discussed in a disassociated way: coloniality, technology transfer and public policies. The discussion will focus on agriculture and its relationship to modernity, exploring aspects of the influence that so-called “developed” countries establish on what will be produced in other parts of the world to meet their consumption needs. Modernity and coloniality go together and often make up the backbone of various nations around the world. Coloniality became possible only when the state made a commitment to modernize and develop. And it is the states, through their incessant pursuit of economic growth and development, that are responsible for increasing environmental exploitation and their own people for the sake of needs that may not even be the will of the population. In the midst of all this, the nations of the South enter a race where they will never be winners, as they are already set before the start. In this article a literature review will be conducted through research in articles and papers that discuss the relationship between aspects related to the Brazilian rural and coloniality through the following aspects: 1) Characterization of work with a greater focus on technology and modernity; 2) coloniality and developmentalist agendas, bringing elements of how the current productive model was arrived at; 3) Agriculture and modernity, composing processes of coloniality.

Keywords: modernity; coloniality; developmental

Introdução

Este trabalho se propõe a observar a proximidade entre a colonialidade, transferência de tecnologias e políticas públicas. Sua abordagem será mais direcionada em identificar como os projetos de desenvolvimento, e a própria busca pela modernidade, influenciaram a construção do rural brasileiro.

Será realizada uma revisão de literatura, através da pesquisa em artigos e trabalhos, que discutam os pontos relacionados ao rural brasileiro e a colonialidade através dos seguintes aspectos: 1) Relação entre tecnologia e modernidade, com base a entender como a transferência de tecnologia mantém o Brasil dependente; 2) colonialidade e agendas desenvolvimentistas, com base em elementos que buscam compreender a construção do modelo produtivo atual; 3) Agricultura e modernidade, compondo processos da colonialidade expressos na produção agrícola brasileira.

Transferência de tecnologia e modernidade

A relação entre transferência de tecnologia e modernidade não é comumente abordada em trabalhos científico, a mesma pode ser perceptível ao entender como projetos voltados a transferência de tecnologia são utilizados como um possível instrumento operado pelo mercado financeiro sobre os países “emergentes”, com propósito de fomentar a exploração ambiental voltada a produção simples de mercadorias, e assim garantir os padrões de vida dos países desenvolvidos. Ou seja, os Estados são absorvidos por promessas do mercado que acabam expressando uma nova forma de exercer a colonialismo, lado a lado com a modernidade, expressando a colonialidade.

Não obstante, passam a ser os próprios Estados democráticos que manifestam em discursos políticos a eminente necessidade de se modernizar, desenvolver e crescer, muitas vezes apoiados por essas ditas agências de desenvolvimento. Para Nascimento e Garrafa (2010) essa imagem do mundo moderno é chamada pelos estudos sobre a colonialidade de “modo eurocentrado de interpretação”. Para que esse modo se mantenha podem ser financiadas campanhas políticas, guerras e conflitos, regimes autoritários, a realização de sanções econômicas, entre muitas medidas que promovam aberturas políticas e conseqüentemente maior facilidade de exploração. A perda de autonomia de países e nações é imprescindível para que seja possível que se estabeleçam condições de exploração, sejam elas de petróleo, gás, minérios, água, alimentos, entre muitos outros pro

ductos de interesse dos países desenvolvidos.

Ao observar, a partir de uma abordagem mais direcionada, como no caso da agricultura brasileira, torna-se possível identificar profundas transformações em seu ambiente e seus sujeitos. A partir do rural, torna-se possível a identificação de que os projetos de colonização nunca tiveram um fim.¹ Iniciaram-se no Brasil Colônia, atravessaram a monarquia, continuaram no Brasil República, quiseram sofrer uma tentativa de desestabilização com proposta de reformas de base do governo de João Goulart, que logo foi suprimida pelo golpe militar, mantiveram-se firmes durante a ditadura militar com um grande apoio internacional e constante influência do Estados Unidos. Com o fim da era militar surgiram novas oportunidades no período neoliberal, continuaram vivos nos governos desenvolvimentistas, e agora perpetuam-se mais do que nunca em um governo que prega uma política liberal, com a agricultura sendo pensada por aqueles que mais renegaram os povos e comunidades tradicionais e o campesinato brasileiro.

Durante a ditadura militar projetos de modernização para a agricultura foram realizados baseados em modelos desenvolvidos nos Estados Unidos, especialmente com base nos moldes de Rogers², que buscavam justamente a difusão de tecnologias como forma de tirar o campo do atraso, campo esse que naquele momento era nos próprios limites nacionais fortemente atrelado à imagem do folclórico Jeca Tatu.³ Para que o campo passasse a ser um espaço de difusão de tecnologias era necessário convencer seus moradores que ali estava o atraso - o processo de difusão considerava os camponeses como receptores, incapazes de desenvolverem suas próprias tecnologias, assim a difusão era essencial para levar as tecnologias do Norte e modernizar a agricultura do Sul.

1 Boaventura de Souza Santos (2017) destaca que “es tan difícil imaginar el final del colonialismo como imaginar que el colonialismo no tiene fin. Los estudios y las luchas poscoloniales, descoloniales o estudios subalternos de las tres últimas décadas han demostrado cuán atrincherado está el colonialismo en la vida tanto privada como pública, incluso muchas décadas después del fin del colonialismo histórico”.

2 O difusionismo retratado por Everett M. Rogers (1983) considera que “difusão é o processo pelo qual uma inovação é comunicada através de certos canais ao longo do tempo entre os membros de um sistema. É um tipo especial de comunicação, no sentido em que as mensagens se referem a novas ideias”. Dentro do processo elaborado por Rogers são apresentadas cinco categorias de aceitação, submetendo os agricultores a passivos receptores das “inovações” a serem difundidas.

3 Personagem criado por Monteiro Lobato, aparece pela primeira vez em Urupês (1914) e realizava analogia ao caipira, no qual era descrito pelo autor como um “funesto parasita da terra (...) homem baldio, inadaptável à civilização (...)”. Para esse sujeito, o autor destaca necessidade da ação dos poderes públicos, para o que o mesmo pudesse sair do atraso e caminhar em direção a modernidade.

Além de agricultores, no campo também havia muitos povos e comunidades tradicionais, sendo que para estes novamente foi renegado praticamente tudo, sendo colocados em conflito perante uma sociedade que ainda demonstra sua identidade colonizadora. ALIMONDA (2011) destaca a persistente colonialidade que afeta a natureza latino-americana, e identifica que o genocídio e a subalternização das populações originais significaram a perda de seu conhecimento e de suas formas tradicionais de interagir com a natureza. E, para além disso, houve apropriação de espécies vegetais americanas e tecnologias associadas, que salvaram a Europa da ameaça de fome.

Diante desse panorama é importante compreender como o Estado Brasileiro foi um importante agente nos processos de colonialidade, sendo marcado pela ação do Estado nos projetos de industrialização, construídos com recursos financeiros e tecnologia internacional. Para o campo, as políticas agrárias foram fundamentais para manter vivas oligarquias, as quais começam a assumir um papel chave a partir da ditadura militar, onde a influência de políticas voltadas a modernização do campo assumiu um novo patamar.

Em 1994, em artigo publicado sobre extensão rural, Caporal e Costa Beber diziam que o paradigma perverso da “Revolução Verde” estava em coma. Foram felizes ao não relatarem sua morte, pois ele sobreviveu a este coma, e atualmente governantes defendem propostas de intervenção no meio rural semelhantes ao conceito de modernização do campo compreendido no início da Revolução Verde. Essa intervenção, coloca em risco o ambiente, avança sobre povos e comunidades tradicionais, e mantém o Brasil com uma matriz produtiva altamente dependente de *commodities*.

Nesse sentido, é importante recorrer a autores que exploram a formulação de políticas, mais especificadamente a difusão e transferência das mesmas. Esse conceito é utilizado para estudar políticas que são difundidas ou transferidas de um local para outro. Dolowitz e Marsh (2000) trazem importantes conceitos relacionados aos processos que envolvem a formulação de políticas, destacando que as redes de políticas internacionais, coalizões de defesa ou comunidades epistêmicas desenvolvem e promovem ideias, alegam que há uma grande quantidade de transferências e que estas transferências moldaram as políticas.

Para o meio rural é bastante perceptível na política de assistência técnica e extensão rural, sendo elaborada para que os agricultores se modernizassem, e passassem a desenvolver uma agricultura mais especializada. Para isso criou-se um aparato tecnológico de produção, retirou-se parte da autonomia dos camponeses, procurou se fazer com que os mesmos aderissem à tecnologia, também se destinou muito crédito para gran

des proprietários, aumentando a produção de *commodities*, as mesmas com um custo social e ambiental alto, sendo destinadas a mercados externos. Essa política agrária criou um abismo no campo, com agricultores que possuem muita terra, crédito e capital e outros vistos pelo Estado como atrasados e que até então apenas os resta a modernização ou a periferia (êxodo rural).

A transferência e difusão de tecnologias de tecnologias possuem diferenças básicas, segundo Boscaini (2016) o processo de difusão se refere, de maneira geral, à interdependência entre as decisões tomadas em unidades distintas, já no caso da transferência de tecnologias são tratados especificadamente de fenômenos que envolvem a atuação direta de instituições políticas, ou seja, fenômenos em que a transferência se dá por meio do estabelecimento de trocas entre governos de distintas unidades.

A transferência de políticas nem sempre expressa uma ação colonizadora, a própria experiência de cooperação Sul-Sul ocorria justamente para romper com essa dependência, e apesar de possuir resultados bastante contraditórios, buscava o desenvolvimento sem a dependência do Norte⁴. Também é possível a transferência de políticas exitosas que se proponham a conservação/produção/monitoramento ambiental ou equidade social, distribuição de renda, diminuição da pobreza, ressaltando que nem sempre ela ocorre como ação da colonialidade. Todavia, é comum identificar ações que mantêm um caráter dominante, com processos baseados na coerção e conseqüente exploração de determinada nação em benefício de outro.

Sobre os processos de coerção, Boscaini (2016) traz como exemplo condições liberalizantes impostas pelo Banco Mundial para liberação de empréstimos, ou embargos econômicos, impostos pelos Estados Unidos para países que não seguem diretrizes ditadas por ele. Assim, políticas podem ser adotadas em um país não pela necessidade do mesmo, mas sim por ações de coerção que o colocam na obrigação de realizá-las. Essas ações podem até mesmo tencionar mudanças políticas governamentais em um país.

Colonialidade e agendas desenvolvimentistas

Sobre colonialidade Mignolo (2017) a compreende como o lado mais escuro da modernidade e aponta que não há modernidade sem colonialidade, e quando se consideram expressões como modernidades globais, junto a elas teremos colonialidades globais.

4 Mais informações sobre essa experiência podem ser vistas no trabalho de PINHO, C.E.S. Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: As Relações Brasil-África na Promoção de Políticas Públicas (2003-2012).

Ambas não se dissociam, o autor ainda destaca que o pensamento e a ação decolonial surgiram e se desdobraram, do século XVI em diante, como respostas às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu, onde são acionados.

A modernidade traz consigo uma construção particular da natureza, na qual o capitalismo determina uma forma específica de sua relação com a sociedade. Esta construção tem seu início na formação do sistema mundial no século XVI, quando a Europa se constitui como o “centro” de uma rede planetária de saber/poder (RO-TUNDO, 2006), se perpetuando ao longo dos anos, porém nunca perdendo seu caráter dominador e opressor.

[...] a América não era uma entidade existente para ser descoberta. Foi inventada, mapeada, apropriada e explorada sob a bandeira da missão cristã. Durante o intervalo de tempo entre 1500 e 2000, três fases cumulativas (e não sucessivas) da modernidade são discerníveis: a fase ibérica e católica, liderada pela Espanha e Portugal (1500-1750, aproximadamente); a fase “coração da Europa” (na acepção de Hegel), liderada pela Inglaterra, França e Alemanha (1750-1945); e a fase americana estadunidense, liderada pelos Estados Unidos (1945-2000) (MIGNOLO, 2017, p.4)

Segundo Escobar (1995) o desenvolvimento foi promovido a partir de ideias e expectativas de um Ocidente próspero, sendo o curso da evolução e progresso, um ponto chave na transformação da estratégia de desenvolvimento em um instrumento para normalização do mundo. Neste sentido, quando os Estados Unidos adotam a perspectiva de desenvolvidos e subdesenvolvidos, assumida pelo então presidente Truman em 1949, sendo colocados o capital, a ciência e a tecnologia como os principais componentes que possibilitariam uma revolução massiva (ESCOBAR, 1998).

A dominação econômica começava a se concentrar mais nos Estados Unidos. Em determinado momento, ditaduras militares e muitos governos autoritários foram apoiados e legitimados por eles, dando suporte para promoverem diversos golpes na América Latina, obtendo em troca disso diversas vantagens econômicas. Nesse período altos investimentos foram realizados para promover o chamado desenvolvimento destes países, tudo financiado por países do primeiro mundo, a custos altos, retirando direitos civis, atacando a autonomia de países e deixando marcas ainda muito vivas nesses países.

Após abertura democrática o Brasil teve um período marcado por governos neoliberais, estabelecendo políticas fortemente atrelada ao enfoque na dependência, onde Fernando Henrique Cardoso relaciona o capitalismo periférico ao desenvolvimento, no qual a expansão seria possível a partir da ação de organismos internacionais (CARDOSO, 1993).

Nesse período, a agricultura começava a aumentar expressivamente a produção de *commodities*, promovendo uma forte modernização na atividade agropecuária no Brasil, permitindo a exploração de maiores áreas e aumentando os níveis de desmatamento. Algo realizado em boa parte através de investimento público e tecnologia internacional, reestabelecendo uma política dependente, especialmente no que tange os mercados para *commodities*, uma vez que seus preços podem ser instáveis e sua demanda pode sofrer grandes variações. A produção de *commodities* se relaciona diretamente com pautas da atual fase da modernidade, atribuindo aos países da América Latina o papel de produtores primários de mercados, e com isso estabelecendo uma economia altamente dependente, no caso do Brasil, da produção de soja.

Também passa a ser fundamental compreender que fenômenos como modernidade, desenvolvimento, democracia e cidadania, assim como mercado, Estado e nação são realidades discursivas, constituídas e validadas no curso das interações simbólicas (PINTO e MIGNOLO, 2015). Nem sempre as mesmas são aceitas por todos os grupos, a própria vertente decolonial busca sempre demonstrar o que se esconde por trás destes conceitos. Questioná-los, e propor outras perspectivas de sociedade é algo que pode ser fundamental para promover melhores condições de vida entre sociedade e natureza no Brasil e América Latina.

Em grandes projetos, que se destinam a industrialização e modernização de países entendidos como subdesenvolvidos, a colonialidade sempre mostra seu lado mais feroz. A dependência é uma condição que deve estar presente e a subordinação é um fator fundamental para que a colonialidade mantenha-se viva. Ao observar esse recente período com uma política mais liberal assumido pelo Brasil, aumenta-se a influência de outros países, é promovida a redução de investimentos em pesquisa e facilitado acesso a tecnologias produzidas fora do país.

Diante disso é possível estabelecer um dilema: Um país que possui “recursos naturais” e pouca tecnologia pode sofrer com a colonialidade, entretanto se esse país desenvolver tecnologia pode ele se transformar um colonizador? Para buscar alguns esclarecimentos é possível observar alguns exemplos da experiência Sul-Sul para o desenvolvimento, onde o Brasil utiliza experiências de transnacionais brasileiras (com predomínio de capital nacional) para a execução de projetos em outros países. Nesse sentido, Pinho (2014) alerta que a disseminação das transnacionais brasileiras em larga escala gera problemas graves e tensões como poluição ambiental e remoções arbitrárias de populações nativas, trazendo o exemplo da mineração realizada pela empresa Vale em Moçambique. Assim, criando questionamentos sobre a coo-

da, num primeiro momento, como “horizontal” e “solidária”, entretanto não deixa de expressar seu ado “opressor” e/ou “imperialista” e, em maior extensão, reproduz as relações tradicionais Norte-Sul no Sul emergente.

Assim é possível pensar que o processo de desenvolvimento pode levar determinados países a expressar atitudes típicas da colonialidade. Contudo, é importante conceber que essas realidades, como enfatizado anteriormente, são discursivas, assim o Brasil e muitos outros países ainda ocupam o posto de países emergentes ou em desenvolvimento, sendo muito difícil a ascensão de outros países ao posto de desenvolvidos, pois bem se sabe que a natureza já está sendo explorada acima da sua capacidade de regeneração, e se novos países ocuparem esse posto pode se alterar a qualidade de vida daqueles que ainda mantêm seus privilégios.

Ainda sobre o Brasil, mudanças políticas recentes colocaram as empresas públicas e de capital nacional como sinônimo de corrupção e incompetência; sendo atribuído a empresas com capital externo uma maior credibilidade, mesmo que seus lucros estejam indo para países do velho Ocidente.

A dominação acaba sendo uma condição para a manutenção dos níveis de consumo dos países do Norte, junto a isso é possível conceber a impossibilidade que outros países estabeleçam condições de consumo iguais ao Estados Unidos ou Europa. A China pode ser identificada como país que busca aumentar o consumo de seus habitantes, da mesma forma que a Rússia, e isso já começa a provocar embates econômicos, e até mesmo disputas por novos territórios, como por exemplo países do Continente Africano.

Além disso, outros países que compõem o BRICS^{1 5} também vêm buscando espaço. O Brasil vem se distanciando desse grupo ao adotar políticas mais liberais. Em relação a outros países, surge outro dilema: permanecem dependentes dos países desenvolvidos; ou passam expressar sua forma de colonialidade em outros países. Ambas as possibilidades não parecem ser muitos animadoras, portanto passa a ser necessário pensar outras possibilidades de futuro que não conduzam a sociedade e um período de barbárie.

No mundo, os mais diversos lugares estão sendo progressivamente submetidos às operações do capital global, de modo ainda mais acentuado na era do neoliberalismo e da degradação do Estado-nação (Escobar 2005). A colonização produziu grandes estragos, porém muitos povos lutaram e resistiram durante séculos a essa tentativa de enquadrar todos e todas dentro de um mesmo padrão de sociedade, o qual consiste na riqueza de alguns e na miséria de milhões.

⁵ Grupo de países de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Escobar (2005) ainda destaca que redes como as dos indígenas, dos ambientalistas, das ONGs e outros movimentos sociais estão tornando-se mais numerosas e adquirindo maior influência nos níveis locais, nacionais e transnacionais e estas podem ser importantes para pensar outras possibilidades na relação entre humanidade-natureza diferentes das impostas pelo capitalismo.

Em última instância sugerida ao menos pela imaginação utópica como a crítica das atuais hegemonias - a pergunta é: Pode o mundo ser reconcebido e reconstruído de acordo com a lógica das práticas da cultura, da natureza e da economia? Quais mundos regionais, e quais formas do global podem ser imaginadas de outras perspectivas múltiplas, locais? Quais contra-estruturas podem ser colocadas em seu lugar para fazê-las viáveis e produtivas? Que noções de política, democracia, desenvolvimento e economia são necessárias para liberar a efetividade do local, em toda a sua multiplicidade e suas contradições? Que papel terão que desempenhar os distintos atores sociais incluindo as novas e velhas tecnologias, de maneira a criar redes sobre as quais as múltiplas formas do local possam depender em seu enfrentamento com as múltiplas manifestações do global? (ESCOBAR, 2005, p.73).

A partir das questões elencadas acima por Escobar é possível pensar em algumas possibilidades de respostas para a construção de outras perspectivas globais. Torna-se necessário traçar caminhos que sejam de respostas as constantes crises ecológicas, sociais, políticas-militares impostas pelo modelo de desenvolvimento do Ocidente. Experiências de muitas comunidades étnicas podem ser fundamentais para pensar essas outras perspectivas, o desafio é fazê-las ir para além destas comunidades étnicas.

Nesse momento também passa a ser importante questionar qual modelo de desenvolvimento, ou até mesmo negá-lo, que é necessário para manter a sociedade e natureza em equilíbrio, sendo fundamental aprender com outras ontologias e formas de viver que mantenham relações de equilíbrio com a natureza, e não reproduzir com padrões pré-estabelecidos pelos países que se colocam como centro do mundo.

Agricultura e modernidade

O Brasil é um país que carrega com sua história marcas vivas do colonialismo. Populações indígenas escravizadas, quase exterminadas, território invadidos, povos dizimados; uma história contada sempre pelo colonizador, nunca pelo seu povo. Um Brasil que dizem começar em 1500, onde as pessoas que aqui estavam nunca tiveram voz, nem lugar, diante da construção do país. Uma escravidão que perpetuou-se em nossa formação, com populações negras arrasta

das para esse território, escravizadas das formas cruéis e perversas durante séculos de colonização, onde a exploração do colonizador avançou sobre seus povos e ainda arrastava outras populações para serem usadas nos mais diversos empreendimentos, seja na cana de açúcar, no café, nas minas de ouro ou nas estâncias de charque; a escravidão deixou rastros em todo esse país, e para muitos ainda continua em tempos não lineares ao nosso.

Mas porque começar essa seção sobre agricultura e modernidade falando da escravidão? A resposta é simples, não tem como falar do campo brasileiro sem antes entender sua injusta e cruel formação. Quem hoje são considerados os reis do agronegócio, os grandes produtores de *commodities*, carregam consigo o sofrimento de muitos povos. Os latifúndios, as grandes áreas de terra que hoje compõem as grandes fazendas de soja ou de gado são marcas desse processo. O agro origina-se da exploração de povos, da escravização de etnias, onde o colonizador ainda hoje exerce seu poder, sua influência e faz com que muitos povos e comunidades ainda se mantenham em guerra com o homem branco.

No Brasil era necessário reestruturar o campo e a própria forma de realizar agricultura, dar utilidade a essas imensas áreas de terra, a palavra latifúndio não era mais bem vista, começa a surgir o empresário rural, o agrobusiness, que logo que se transforma no agronegócio. Tecnologias para produção em grandes áreas, maquinários, transgênicos, agrotóxicos são desenvolvidos, e tudo isso como pretexto de matar a fome do mundo. A colonialidade sempre tentou ser a detentora da verdade, na agricultura o agronegócio brasileiro, enquanto categoria política, é identificado como modelo promissor, tudo circula em torno do agro, por mais que se saiba que ele é resultado da casa grande, das charqueadas, do garimpo, e de muitos outros espaços de escravidão, ocultando todas as atrocidades que ele mesmo promoveu para se configurar no que é hoje.

O agronegócio brasileiro também busca se reafirmar como realidade discursiva, constantemente é dado ênfase ao papel que ele ocupa na economia nacional, mesmo que ele esse seja resultado da própria colonização brasileira, onde o espaço dos mais pobres e dos mais ricos sempre foi bem delimitado - seja no campo ou na cidade.

Para que o agronegócio acompanhasse o desenvolvimento era necessário um rápido processo de modernização do campo. Esse foi intensificado a partir dos regimes militares e se mantém até hoje, aumentando a tecnologia para exploração agrária, e impondo grandes impactos ambientais para possibilitar a realização de agricultura em grandes áreas de terra, onde existe uma maior dependência de insumos químicos, agrotóxicos e maquinários. É muita tecnologia e pouca gente trabalhando. Nesse sentido é possível reto

mar a perspectiva Rogeriana, sobre isso Romaniello e Assis (2015, p.32) destacam como esse modelo foi aplicado em países que estavam em desenvolvimento:

Internacionalmente e, sobretudo, nos países do Terceiro Mundo, a concepção da "Ideologia da Modernização" fez surgir um modelo denominado "difusão de tecnologia" formulada por Rogers, para explicar a forma básica do comportamento na adoção de inovações tecnológicas. Esse modelo foi muito difundido a partir de meados dos anos 60, no Brasil e, principalmente, no meio rural.

Foi o modelo de difusão de tecnologias que facilitou a especialização do campo, a produção em maior escala, a adoção de tecnologias, a utilização de agrotóxicos, maquinários, mais tarde transgênicos, e que criou esse agro que hoje conhecemos. Aos camponeses, povos e comunidades tradicionais restou resistir, e coexistir, com esse modelo desenvolvimentista.

O Estado, os bancos, as transnacionais, os latifundiários todos trabalharam na consolidação desse modelo, entendendo-o como o agente de desenvolvimento do campo através da modernização da agricultura. Da natureza só se buscava a exploração; aumentou-se as fronteiras agrícolas, novas migrações ocorreram e tudo para aumentar a produção de *commodities*, e melhorar a economia. As matas, os rios, água a terra e muitas populações do campo precisaram dar espaço as *commodities* para novamente servir aos colonizadores. Mignolo (2017, p.8) destaca que:

A "colonialidade" envolveu a "natureza" e os "recursos naturais" em um sistema complexo de cosmologia ocidental, estruturado teologicamente e secularmente. Também fabricou um sistema epistemológico que legitimava os seus usos da "natureza" para gerar quantidades maciças de "produtos" agrícolas, primeiro, e quantidades maciças de "recursos naturais" após a Revolução Industrial.

Neste processo muitas tecnologias foram importadas, e algumas dessas vieram por meio da difusão de políticas. No meio rural, o serviço de assistência técnica e extensão rural foi construído para difundir tecnologias, e tirar o campo do atraso. Correspondia a experiência desenvolvida nos Estados Unidos, importada para o Brasil por meio das faculdades de agronomia e entidades de pesquisa, sendo formados muitos profissionais, que atuam na extensão rural, a partir deste conceito difusionista.

Na agricultura atual, o processo de modernização resultou em uma grande dependência interna de políticas internacionais. Dentro dessa ótica de mercado, os Estados podem sofrer sanções ou serem atingidos propositalmente pelos países desenvolvidos para que projetos que sejam mais alinhados a favorecer determinadas relações.

Nesse sentido um Estado que se abre ao capitalismo - a exploração do Norte, é melhor avaliado pelos economistas que observam somente o capital, entretanto isso pode aumentar a exploração da natureza, a desigualdade social e diminuir a autonomia de um país para favorecer o mercado econômico.

Em 1985, o Banco Mundial, que não conseguiu atrair investimentos privados em "mercados do Terceiro Mundo", cunhou um novo termo: "mercados emergentes". Sinalizou uma nova era de integração financeira em todo o planeta, com investidores de todos os lugares buscando oportunidades de alto retorno, descontando o alto risco na esperança de apoio do governo em caso de crise para

A política governamental brasileira favorece a agricultura realizada em larga escala, altamente especializada, com isso promove uma constante exploração da natureza e renega outras possibilidades de desenvolvimento. Dentro desse processo segue-se a mais profunda lógica de dependência, através de um modelo de replicação de políticas, especialmente na área econômica. O Estado, trata todos como peças de um tabuleiro, com jogadas já definidas, que sempre encontram os mesmos vencedores, diante da constante destruição de outras formas de vida.

Em um mundo onde as informações circulam de forma quase que instantânea, torna-se mais simples esses processos de replicação de políticas. Seja para a agricultura ou para a indústria, o mundo estabelece padrões, criados e recriados pelos países colonizadores. Nesse processo, as chamadas economias emergentes, quando possível, tentam reaplicar este método a outros países - o Brasil ensaiou aplicar esses modelos em países da África subsaariana, e isso vai criando escalas hierárquicas, onde alguns países vivem com fartura e outros com miséria, com a natureza explorada para satisfazer as necessidades das nações mais fortes, tornando impossível repensar nossos padrões de desenvolvimento e romper com esse modo de vida destrutivo que vem sendo conduzido pelos Estados Unidos e Nações Europeias. Castells (1997, p. 134) destaca que:

[...] a economia global é caracterizada por uma assimetria fundamental entre países, em termos de seu nível de integração, potencial competitivo e participação nos benefícios do crescimento econômico [...] A consequência dessa concentração de recursos, dinamismo e riqueza em certos territórios é a crescente segmentação da população mundial, seguindo a segmentação da economia global e, em última análise, levando a tendências globais de crescente desigualdade e exclusão social.

Em determinado momento o Brasil agiu com políticas semelhantes aos países do Norte. Pinho (2014, p.22)

destaca que:

[...] a cooperação técnica horizontal do Brasil aspira compartilhar os êxitos e melhores práticas nas áreas de políticas públicas requisitadas pelos países parceiros sem imposições econômicas ou condicionalidades políticas, que são típicas da Cooperação Norte-Sul de natureza fundamentalmente vertical, desigual e hierárquica.

Talvez iniciativas como essa pudessem avançar e ser um problema para os países do Norte, porém de certa forma elas replicam muitas semelhanças na relação com o ambiente, e mantém um enorme distanciamento entre sociedade-natureza. Articulações que buscam dar mais autonomia para países que ocuparam uma condição marginal na economia podem até melhorar a condição de vida da população, porém a mantém presa ao centro do capital, e podem ter um período curto de duração.

Esse período, marcado no Brasil como mais desenvolvimentista, já ficou para trás. A atual conjuntura política brasileira age com indiferença em relação aos povos e comunidades tradicionais, faz alusão a ditadura militar, prega a modernização a qualquer custo, reencontrou o liberalismo em um governo nacionalista, vem promovendo diversas privatizações. Vive-se em um país que possui ambiente totalmente hostil para pensar novos paradigmas de desenvolvimento.

Considerações Finais

O desenvolvimento e a modernidade assumem diversas facetas e chegam a fazer a sociedade pensar que esse é o único caminho possível, porém é importante compreender como se originam, e ir para além deles, buscando experiências que demonstrem novas formas de relação entre sociedade e natureza. É preciso pensar novas formas de se viver, caso contrário o capitalismo nos conduzirá para um período bárbaro, a natureza já vem respondendo as constantes crises causadas pela humanidade, e como o capitalismo sempre faz, as populações "subdesenvolvidas" são as primeiras a pagar a devastação provocada pelos países "desenvolvidos".

Não são as políticas públicas as promotoras da barbárie atual que a humanidade atravessa, entretanto através delas podem ser expressos os mais diversos interesses, e as mesmas podem ser utilizadas para aumentar o abismo que separa os ricos dos pobres. As políticas públicas também podem ser uma importante ferramenta para o fortalecimento de experiências que confrontam os modelos impostos pelos países desenvolvidos.

É difícil identificar que o Estado tire a sociedade dessa condição, no caso brasileiro mais difícil ainda. Será necessário, em determinado momento, confrontar a própria configuração do Estado, e assim pensar ações

que promovam uma nova relação com o ambiente. A agricultura brasileira é dependente de insumos químicos, sementes, crédito, muitos destes estrangeiros, sendo fundamental repensar esse modelo produtivo, questionando a política agrícola, atualmente muito dependente de poucos cultivos, no caso brasileiro, principalmente a soja.

Muitos aspectos relacionados a agricultura e colonialidade precisam ser mais explorados, porém fica claro que relação da agricultura e negócio deu corpo a um forte agente de exploração da natureza e dos povos. É fundamental compreender melhor o impacto da exploração sobre a qual submete-se a natureza pelo agronegócio brasileiro e torna-se fundamental manter vivas outras formas de se relacionar com a natureza, e assim aprender com elas outras possibilidades de desenvolvimento.

Referências

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (org.). La naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina, Editora Ciccus, Buenos Aires, p. 21-58. 2011.

CAJIGAS-ROTUNDO, J. C. La (bio) colonialidad del poder. Cartografías epistémicas en torno a la abundancia y la escasez. Revista Youcali, v. 11, p. 59-74, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. Extensão Rural, n. 2, p. 7-32, 1994.

CARDOSO, F.H. A sideias e seu lugar. Petrópolis: Vozes, 1993.

PINTO, J.R.S; MIGNOLO, W.D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015.

CASTELLS, M. The information age: Economy, society and culture (3 volumes). Blackwell, Oxford, v. 1997, p. 1998, 1996.

DOLOWITZ, D. P.; MARSH, D. Learning from abroad: The role of policy transfer in contemporary policy making. Governance, v. 13, n. 1, p. 5-23, 2000.

ESCOBAR, A. La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Editorial Norma, Bogotá, 1998.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 63-79, 2005.

LOBATO, M. Urupês. 37ª edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, 2017.

NASCIMENTO, W. F. D., & GARRAFA, V. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. Saúde e Sociedade, v. 20, n. 2, p. 287-299. 2011

PINHO, C.E.S. Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: As Relações Brasil-África na Promoção de Políticas Públicas (2003-2012). Ed Observatório Político Sul-Americano, v.9, n. 2. 2014.

ROGERS, E. M. Diffusion of innovations. New York: the Free Press, 1983.

ROMANIELLO, M. M.; ASSIS, TR de P. Extensão rural e sustentabilidade: guia de estudos. Centro de educação a distância. Universidade Federal de Lavras, 2015.

SANTOS, B.S. Más allá de la imaginación política y de la teoría crítica eurocéntricas. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 114, p. 75-116, 2017.